

As Formas da Organização Política e a Estabilidade Estratégica no Médio Oriente

Luís Salgado de Matos*

Investigador auxiliar com agregação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Resumo

Este artigo relaciona dois conceitos que provêm de domínios científicos diferentes: as formas de Estado (sociologia política) e estabilidade estratégica (relações internacionais). Contudo esta relação revela-se útil para responder à seguinte questão: de que modo a forma de organização política influencia a segurança da região do Médio Oriente? Para responder, o autor considera três variáveis universais e permanentes: o Estado, as Forças Armadas e a Igreja. Uma análise de fundo dos cenários políticos internos de vários e diversos países no Médio Oriente revela que a existência de formas de poder em competição com o Estado (nomeadamente a Igreja) são um dos principais factores de ausência de desenvolvimento interno e estabilidade nacional e internacional.

Abstract

Forms of Political Organization and Strategic Stability in the Middle East

This essay compares two concepts from two different scientific domains: State forms (political sociology) and strategic stability (international relations). However, this comparative exercise appears to be very useful to answer the following question: how does the form of political organization determines security in the Middle East area? To answer the question, the author considers three universal and permanent variables: the State, the Armed Forces and the Church. An analysis of the internal political landscapes of several and diverse Middle Eastern States unveils that institutional political powers competing with the State affects domestic development and causes of national and international instability.

* O autor agradece os comentários da Mestra Catarina Figueiredo Cardoso.

Explorar do ponto de vista analítico a relação entre as formas de Estado e a estabilidade estratégica é um desafio. Com efeito, estes dois conceitos pertencem a campos científicos distintos que são paralelos um ao outro: *formas de Estado* é uma noção de Sociologia Política, *estabilidade estratégica* de Relações Internacionais.

Médio Oriente? Paz? Hoje, poucos ou nenhuns pensarão que a Paz – outro nome da estabilidade estratégica – depende de um dado país ser uma monarquia ou uma república, ter esta organização política ou aquela. É porém esse o nosso tema: de que modo a forma da organização política influencia a segurança daquela região.

As Variáveis Caracterizadoras das Formas das Organizações Políticas

Para isso, temos que classificar os países de acordo com critérios políticos. Assentaremos a nossa classificação em três instituições universais e permanentes que constituem a organização política: o Estado, as Forças Armadas e a Igreja. São as instituições triangulares, entre si distintas, independentes e colaborantes. O Estado não tem religião nem milícias armadas, a Igreja não tem dimensão económica nem militar e as Forças Armadas não têm vida religiosa nem dimensão económica. As três, articuladas num dado território, e em interacção com as *ordens* respectivas, formam uma organização política. As *ordens* são as organizações primárias de sociabilidade; expondo a sua natureza em termos transcendentais, a *ordem* simbólica dá a identidade; a ordem da segurança garante essa identidade; a *ordem* da reprodução garante a renovada perpetuação dessa identidade; a Igreja, as Forças Armadas e o Estado são as instituições correspondentes a cada uma daquelas três *ordens*.¹

Assinalemos ser frequente que a palavra Estado designe duas realidades bem diferentes: o Estado-instituição e o país; o Estado-instituição é uma dada e específica organização personalizada; o país engloba, num dado território, o Estado-instituição mas também a Igreja-instituição e as Forças Armadas-instituição, além das *ordens* respectivas que, numa versão muito simplificada, são comparáveis à «sociedade civil». No presente texto, Estado significa Estado-instituição e país é usado em sinonímia com organização política.

1 Matos 2004.

Comentários às Organizações Políticas do Médio Oriente

Em investigação mais pormenorizada, cujos protocolos integrais nos é impossível reproduzir na presente sede, por limites de espaço, analisámos cada uma das instituições triangulares de cada um dos países do Médio Oriente. Usámos como unidade geográfica o Médio Oriente alargado, incluindo 27 países. Os indicadores usados nessa análise geram tipologias de Estados, de Forças Armadas e de Igrejas; a partir destas tipologias, produzimos a tipologia de organizações políticas, a seguir sumariada.

De seguida, sintetizamos os resultados dessa investigação. Sobre eles, proporemos algumas conclusões provisórias. Começamos pela instituição Igreja que no Médio Oriente parece ser decisiva; veremos de seguida as Forças Armadas e o Estado.

A instituição igreja

A aplicação da *chária* foi retida como o critério básico relativo à instituição Igreja. A *chária* é a lei religiosa, como o direito canónico é a lei da Igreja católica ou a lei mosaica aplicada pelos *Betha din*. Só considerámos a *chária*, porém, quando um dado país a aplica como lei estatal; havendo essa aplicação, a Igreja é forte e há uma modalidade de teocracia; não havendo, é fraca; outros critérios subsidiários incluem a existência de registo civil.

Por aquele critério, a instituição Igreja é, no Médio Oriente, a mais forte das instituições triangulares. Uma organização política, que tem por única lei a *Chária*, é teocrática no sentido forte; cabe distinguir nela duas categorias: a superteocracia, na qual o poder do Estado é exercido por clérigos em nome do Islão (caso do Irão), e a teocracia forte, na qual há um poder estatal, regendo em nome do Islão, tendo o topo da Igreja e o do Estado um *modicum* de autonomia (Arábia Saudita).² A terceira categoria é uma teocracia média: o Estado reconhece várias confissões, que tratam do estado civil, e uma delas é a religião do Estado, mas não reconhece casamentos civis; é uma solução mais tolerante do que a «só *Chária*», mas está afastada da separação com o Estado. A quarta situação é a do Estado que tem lei estatal e incorpora a *chária* ou admite-a ao seu lado; é uma teocracia suave pois a existência de lei estatal é um princípio de separação entre o Estado e a Igreja; a quinta e última situação já não é teocracia: tem separação entre a Igreja e o Estado: o Estado reconhece casamentos civis.

² Ver tabela *Variáveis do Estado no Médio Oriente, Segundo a Classificação das Organizações Políticas*.

No nosso universo, 21 dos 27 Estados são teocráticos. O Médio Oriente tem assim a maior concentração mundial de Estados Teocráticos. Esta força política da religião, o Islão, enfraquece o Estado. Assim, o Estado-instituição no Médio Oriente é em geral fraco por a Igreja, a Mesquita, ser muito forte. É certo que alguns Estados teocráticos dão instruções ao seu clero, em particular ao clero sunnita. Acontece assim em vários mini-Estados do Golfo e noutros.

Estas situações parecem-nos à primeira vista regalismo pois são uma fusão Igreja-Estado e as únicas fusões Igreja-Estado de que temos experiência na nossa cultura são as fusões Estado-Igreja, nas quais esta é absorvida por aquele; no regalismo em sentido próprio, porém, o rei comanda em nome dos seus próprios valores e nestes casos médio-orientais o Estado dirige em nome dos valores da Igreja; temos assim um Estado de Igreja, ao passo que no regalismo temos uma Igreja de Estado; é instável o Estado que comanda o clero em nome dos princípios religiosos de que o próprio clero é depositário. Não é, porém, de excluir que essas situações se transmutem numa forma de Estado semelhante à britânica, uma democracia representativa com Igreja de Estado, com uma religião de Estado quase por completo desprovida de poder político; mas isso só ocorrerá se o Estado souber dotar-se de um fundamento autónomo face à Igreja, isto é, se tiverem um Cromwell que revigore um Parlamento.

As Forças Armadas enfraquecidas pelo Islão

No relativo à instituição castrense, distinguimos se ela intervém ou não sobre o Estado. A não intervenção caracteriza a situação desejável, fora do caso de força maior, de separação entre as Forças Armadas e o Estado. Seria desejável averiguar a aplicação da *chária* nas Forças Armadas de cada um dos países do nosso universo mas as informações disponíveis não o permitem.

Logo verificamos que aquele tipo de força da instituição Igreja não só debilita o Estado mas também enfraquece as Forças Armadas enquanto elemento do triângulo institucional. É significativo que apenas haja oito Estados com componente militar em 21, o que dá uma propensão para a intervenção militar inferior à média mundial. Numa organização política com separação entre o Estado e as outras instituições, as Forças Armadas têm a função de defender a organização política de ameaças à sua segurança. Numa organização política dominada pela Igreja-instituição, as Forças Armadas têm por função primacial defender os valores simbólicos; se estes conflituarem com a defesa da organização política, será sacrificada a defesa da organização política no seu todo.

A dimensão religiosa das Forças Armadas islâmicas ressalta da história da *Ikwaḥn* da Arábia Saudita. *Ikwaḥn*, que à letra significa irmandade, é a designação da instituição militar saudita. Nos anos 1920, o Rei Ibn-Saud transformou uma milícia de beduínos do deserto numa força militar moderna, sedentarizando-os; mas, nas palavras de um apologeta, «para ultrapassar os preconceitos milenares» dos beduínos, tinha que «apelar a uma paixão mais forte: o sentimento místico deles», fazendo com que a colonização interna militar, fosse também «religiosa». A dimensão religiosa da *Ikwaḥn* teve os seus efeitos: nos anos 1930, rejeitaram as armas modernas das nações cristãs que «consideravam invenções do demónio e recusavam trocar a espada e o camelo pela metralhadora e pelo automóvel. 'Não são as armas, diziam, que dão a vitória, é Allá' (...)». Ibn-Saud subordinou-os, mas com dificuldade - e graças ao empenho do clero waabita.³

Ocorre assim uma fusão institucional entre o militar e o religioso, posterior à subordinação do direito civil ao canónico. A noção de *Jihad* dá legitimidade teológica a esta fusão. A *Jihad* terá sido, de início, um conceito místico dos *sufis*, a guerra espiritual de cada um aos seus pecados, mas tornou-se para muitos muçulmanos um conceito terrenal: a guerra aos pecados dos outros, em particular dos «infiéis». ⁴ Um aprofundamento histórico exigiria a difícil comparação desta fusão Igreja-Forças Armadas com as ordens religiosas militares do ocidente europeu.

Seria interessante estudar os exércitos do Médio Oriente islâmico tendo em conta aquela perspectiva, e articulando-a com a sua formação histórica. Vários Exércitos têm um papel activo na Islamização do Estado: Sudão, Líbia, Paquistão, Bangladesh. Fá-lo-ão como manobra oportunista para obterem uma eficaz fonte de apoio social ou por se considerarem uma Igreja-Instituição Castrense?

É revelador que nas Monarquias Tradicionais nunca haja um elemento militar como componente da fórmula política - e haja poucos movimentos insurreccionais militares, os quais, por definição, teriam que ser sempre falhados, pois a triunfarem, deixaria de haver monarquia tradicional. Golpes castrenses só derrubaram monarquias no Egipto e no Iraque. Nenhuma delas era tradicional e autóctone: Faruk, o último rei egípcio, descendia de uma dinastia que o Império Otomano tinha colocado no Cairo; os hachemitas tinham acabado de ser exportados pelos britânicos para Bagdad e ainda estavam a adaptar-se aos costumes locais. Esta ausência de intervenção castrense resul-

3 Benoist-Méchin 1955, 180, 209 e ss.

4 Guedes 2001.

tará do facto de o Monarca tradicional reunir a instituição religiosa e a militar – o que no caso de Ibn Saud era bem visível.

Neste contexto, seria interessante estudar a origem institucional dos exércitos nacionalistas que no século passado foram favoráveis à separação do Estado e da Igreja: do turco de Atatürk, do persa de Pahlevi, do egípcio de Nasser, dos sírio e iraquiano do Baath, do argelino da Frente de Libertação Nacional – singularizando-se este último por ser o único que nasce de uma guerrilha de libertação nacional. Parece com efeito haver uma tensão entre as Forças Armadas médio-orientais herdadas das épocas constitucional ou nacionalista, e as «revoluções islâmicas»; assim, no Irão, depois de 1979, os *pasdaran* e os *bassidji* constituem «uma espécie de exército paralelo», dispondo «de um material tão sofisticado como o do exército, o qual conserva um silêncio enigmático»⁵.

Nesta veia, já foi escrito sobre o exército indonésio – não fica na nossa região mas age num país islâmico –, que os seus oficiais foram influenciados pelos japoneses e pelo exército colonial, não sendo nenhuma dessas influências democráticas; mas talvez fossem laicas.⁶

Haverá assim no Médio Oriente islâmico Forças Armadas religiosas e Forças Armadas autónomas, favoráveis à separação do Estado e da Igreja, mas o assunto requer investigação complementar.

Anotemos por memória que tanto as Forças Armadas turcas como as israelitas – as instituições castrenses de dois Estados Democráticos de Direito – têm uma componente ideológica, o republicanismo laico e o sionismo, respectivamente, que parece distingui-las de outras instituições homólogas dos outros Estados Democráticos de Direito.

O Estado enfraquecido pelo Islão

O Estado dos países do Médio Oriente foi classificado em função da existência de eleições nacionais, da alternância e da classificação dada pela *Freedom House* quanto às liberdades e à participação política. Há apenas seis países com Estado Democrático, com eleições e com alternância eleitoral; 14 Estados eleitorais mas não democráticos; e quatro Estados não eleitorais; três estão em instalação ou desinstalação (Afeganistão, Iraque, Somália).

5 Djalili, 1999.

6 Cayrac-Blanchard, 1999.

Algumas conclusões surgem de chofre. No Médio Oriente abundam formas de Estado que outras regiões do globo não conhecem, ou mal conhecem. É o caso dos Estados sem eleições e das Monarquias Tradicionais. Na sequência de Samuel Huntington, o Presidente Bush Jr. assinalou em Novembro de 2003 que o Médio Oriente perdeu a «terceira vaga da democratização»; por isso, quase não encontramos Estados Democráticos de Direito.⁷ Hoje, Estados soberanos sem eleições só existem no Médio Oriente. A Monarquia Tradicional contemporânea é a menos específica da região; existirá também na Tailândia e talvez no Japão; mas a sua grande concentração é no Médio Oriente.⁸

Sem eleições, o Estado é fraco. Com eleições e sem alternância eleitoral, o Estado continua a ser fraco. Por isso, no Médio Oriente, sem eleições ou com eleições e sem alternância, o Estado é fraco.

Anotemos que, onde falamos do Médio Oriente, talvez devêssemos falar de mundo árabe: os Estados não eleitorais são todos árabes; nenhum Estado árabe tem alternância; nenhum é Livre, de acordo com a *Freedom House*; as Monarquias tradicionais são um fenómeno árabe; todos os países árabes são teocráticos, com a excepção do Líbano. Contudo, há países árabes – os do Magreb – que transitam para formas onde é pensável a separação da Igreja e do Estado.

Aquela fraqueza não é indiferente do ponto de vista internacional. Com efeito, no triângulo institucional é o Estado que assume, cumpre e faz cumprir, tanto no plano nacional como no internacional, os compromissos relativos a fronteiras, à guerra e à paz. Como não há Estado-instituição forte ninguém, num dado país, pode executar compromissos pois ninguém pode responder de modo duradouro pelos compromissos assumidos, incluindo os internacionais; por isso é duvidoso que alguém possa assumi-los.

Assim, as formas de Estado do Médio Oriente são uma fronteira social invisível que separa do resto do mundo cada país e cada Estado-instituição.

O posicionamento de cada um dos Estados do Médio Oriente na grelha derivada da aplicação dos critérios expostos é apresentado na tabela abaixo *Variáveis do Estado no Médio Oriente, Segundo a Classificação das Organizações Políticas*. Importa referir a instabilidade das formas da organização política naquela área, que medimos pelas mudanças na forma da instituição Estado e das suas relações com as outras instituições triangulares. São pouco numerosos e periféricos os Estados Democráticos de Direito.

7 Bush, 2003.

8 Começámos a estudar esta forma de Estado em Matos, no prelo.

A diversidade dos percursos dos países do Médio Oriente

Quando lançamos um olhar mais longo, vemos que os países do Médio Oriente seguem caminhos políticos não só diversos mas também divergentes. Para referirmos apenas os Estados islâmicos constatamos que uns procuram a integração na União Europeia, como a Turquia, seguindo o caminho da separação e da democracia; outros parecem querer uma adaptação lenta e gradual ao Estado de Direito Democrático, como Marrocos, o Egipto ou o Omã; outros ainda seguem o caminho oposto da islamização, recusando o Estado da separação de poderes: é o caso do Irão, do Sudão e, com menos intensidade, do Paquistão, desde o fim do Presidente Bhutto ao começo do Presidente Pervez Musharraf; outros ainda importam alguns elementos de adaptação estatal, entre os quais as eleições, sem parecerem ter o objectivo de construir Estados Democráticos de Direito, como a Arábia Saudita - eleições apenas locais mas eleições - e os mini-Estados do Golfo Pérsico. A grande variedade contemporânea de formas de organização política revela uma indefinição estratégica desta área.

Com efeito, a estática comparada revela ainda melhor a divergência de caminhos políticos do Médio Oriente. Sumariemos a variação das formas do Estado desde meados do século XIX, quando o Império Otomano começou a querer adoptar as instituições estatais europeias e americanas, adaptando-as. Bernard Lewis salienta que no século XIX, no apogeu da Revolução Industrial, a eficiência do Ocidente para gerar poder e riqueza era visível em todo o mundo. Nesta época, as instituições políticas europeias foram consideradas a chave desse êxito e começaram a ser imitadas no Japão da Revolução Meidji, e no Império Russo. O mesmo ocorreu no Médio Oriente com os Otomanos.⁹

Alguns países sucessores do Império Otomano seguiram o percurso seguinte: mandato/protectorado > independência > nacionalismo > adaptação a um regime eleitoral semicompetitivo (Egipto, Argélia, Tunísia, etc.). Este percurso não é incompatível com a adopção do modelo da democracia representativa.

Mas nenhum sucessor do Império Otomano gerou uma teocracia forte. Em simetria, é interessante registar que estavam na periferia do Império as teocracias fortes, o Irão, a Arábia Saudita, o Sudão. A exclusão pode ser casual e irrelevante em termos de formas contemporâneas de organização política, mas talvez devesse ser aprofundada, mediante o estudo dos casos da Líbia e dos países do Golfo que estavam também nessa periferia e geraram teocracias menos fortes.

⁹ Lewis, 1994.

É de registar que o Sudão, logo no século XIX, rejeita a adaptação ocidentalizante e com o Mahdi conhece o primeiro Estado islamista contemporâneo.

As monarquias tradicionais seguem um percurso mais ou menos adaptativo.

Registemos ainda que alguns países seguem sempre a mesma linha – a Turquia e, no pólo oposto, a Arábia Saudita – ao passo que outros, aliás a maioria, fazem inflexões cuja lógica nem sempre parece evidente. Outros inflectem do nacionalismo para o islamismo: Irão, Sudão.

Sempre num registo de longo prazo, assinalemos que o Paquistão e o Afeganistão tinham vindo do Império Moghul e passado pelo Britânico.

Esta análise das variações das formas de organização política num período longo permite chegar a outras conclusões. É frequente a afirmação que o nacionalismo no Médio Oriente resulta do fracasso do constitucionalismo e que o Islamismo nasce da derrota do nacionalismo. Não comentaremos nesta sede a primeira afirmação. A segunda afirmação, porém, é falaciosa. Com efeito, só o Irão e em certa medida o Sudão passaram do nacionalismo para o islamismo. O Afeganistão nunca passou pelo nacionalismo e teve os Talibans. O nacionalismo iraniano foi derrotado pelo Xá, pouco ou nada nacionalista. O nacionalismo sudanês era imitativo do egípcio – e execrava-o. Os restantes nacionalismos tentaram e tentam adaptar-se, aproximando-se do Estado Democrático de Direito ou, pelo menos, do Estado Separado da Igreja. É o caso da Tunísia, da Argélia, do Egipto, do Líbano. O Iraque até à invasão americana-aliada, e a Síria ainda seguiram esse caminho num registo mais autocrático. Contudo, nenhum deles tinha conseguido libertar-se da Teocracia e por isso o seu registo é precário. Aqueles países conheceram todas as ameaças islamistas, no início do século XXI e cada um respondeu a seu modo; vários aumentaram as transigências feitas à Mesquita. No Islão sunnita, parece que o fundamentalismo surge e vence quando o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações não petrolíferas por habitante são baixas e a fertilidade é alta (Afeganistão, Sudão); o fundamentalismo surge e perde quando ainda há uma «youth bulge», as exportações não petrolíferas *per capita* são baixas e as receitas externas são elevadas ou estão em crescimento ainda que a taxa de fertilidade actual diminua (Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto). As causas do islamismo são por isso mais complexas do que o simples fracasso do nacionalismo.¹⁰ A tabela seguinte sumaria estes resultados.

10 Sobre as variações da política no Médio Oriente numa perspectiva de longo prazo, ver Kedourie, 1992, salientando as «revoluções», Reis, 2005.

Tabela 1
Variação das Formas de Estado do Médio Oriente (1850-2007)

Monarquia > Monarquia constitucional	Islamismo	Otomano > mandato > protectorado > Monarquia constitucional	República nacionalista	Nacionalismo e golpe militar laico	República adaptativa	Monarquia tradicional adaptativa	Islamismo
Séc. XIX	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XXI	Séc. XXI	Séc. XXI
Turquia				Turquia 1920	Turquia		
		Egipto		Egipto 1952	Egipto		Egipto
		Tunísia	Tunísia		Tunísia		Tunísia
		Síria		Síria	Síria		
		Iraque		Iraque 1958	Iraque?		
		Argélia		Argélia	Argélia		Argélia
	Arábia					Arábia	Arábia
		Jordânia, Marrocos, Golfo, Omã				Jordânia, Golfo, Omã	Marrocos
Iémen?				Iémen?			Iémen
				Pérsia 1921			Irão
	Sudão (Madhi)			Sudão 1953			Sudão
Império Moghul > Britânico	Afeganistão, Paquistão						Afeganistão, Paquistão

Argélia - Guerrilha de independência nacional
 Movimentos islamistas até agora derrotados

As formas da organização política e as variáveis sócio-económicas

Até agora, classificámos os países em função exclusiva de variáveis institucionais ou da genealogia da sua organização política. De seguida, examinaremos indicadores da *ordem* reprodutora, relativos a variáveis económicas e demográficas. Classifiquemos então os países do Médio Oriente de acordo com um certo número de variáveis sócio-económicas: PIB por habitante em paridades de poder de compra; fertilidade, corrupção; exportações não-petrolíferas por habitante; pertença à Organização Mundial do Comércio. Veremos depois como se posicionam aquelas diferentes formas de Estado perante estas variáveis. As exportações não petrolíferas são uma estimativa grosseira mas que, apesar disso, nos parecem, no geral, verosímeis.

Os países do Médio Oriente estão em cima da média mundial do PIB por habitante, têm taxas de fertilidade e de corrupção bastante inferiores à média mundial – ainda que abaixo da média europeia. Onde os valores do Médio Oriente claudicam, é nas exportações não petrolíferas por habitante: são inferiores a metade da média mundial. Assim, e apenas para dar alguns exemplos, sujeitos à caução da incerteza estatística, as exportações não petrolíferas por habitante de Marrocos são 12 vezes menores do que as portuguesas; as da Argélia 86 vezes menores; as da Tunísia quatro vezes; as da Líbia 15. Estes valores revelam que uma fronteira proteccionista invisível isola a generalidade dos países da região face à economia mundial – e à globalização. Este valor revela ainda um gigantesco subemprego ou desemprego da mão-de-obra nestes países. Onze deles não integram a Organização Mundial do Comércio, o que lhes permite recorrer aos meios de protecção tradicionais e visíveis. Nenhuma organização económica reúne os países do Médio Oriente o que é por certo causa e efeito da baixa solidariedade económica entre eles.

Os valores exactos constam da tabela abaixo. Consultando-o, o leitor verificará que são grandes as variações em relação à média em todos os indicadores.

Examinemos de seguida a variação daquela classificação perante indicadores sócio-económicos.

Hierarquizados segundo o PIB por habitante, o Estado não eleitoral Teocrático forte é o primeiro, devido às monarquias petrolíferas que produzem muito petróleo por habitante; é seguido pelo Estado Democrático de Direito. No pólo oposto, está o Estado Democrático com Teocracia Forte e Militar (Paquistão). É interessante registar que o Estado Eleitoral Separado da Igreja é o segundo grupo mais pobre – o que, aliás, contraria a teoria da modernização. Se hierarquizarmos de acordo com a participação por habitante

no comércio mundial, o Paquistão continua a ser o último mas a Teocracia forte desce para o quarto lugar (demos os valores da Arábia Saudita). O primeiro é o Estado Democrático de Direito, seguido pelo Estado Eleitoral com Teocracia Média (incluindo o Bahrein) e pelo Estado Eleitoral com Teocracia Suave (Marrocos).

O indicador da fertilidade é bastante revelador. Os Estados em instalação ou desinstalação são os mais férteis; segue-se-lhes o Estado Eleitoral Separado da Igreja (Líbano), o Estado Eleitoral com Teocracia Suave Militar (Argélia), o Estado não eleitoral Teocrático forte (Arábia Saudita) e o Estado Democrático com Teocracia Forte e Militar (Paquistão). Com excepção da Arábia Saudita, são os Estados onde tem havido mais conflitualidade. O Estado Democrático de Direito é o penúltimo. Parece assim haver alguma relação positiva entre o crescimento da fertilidade e a conflitualidade política na religião.

A fertilidade é uma questão polémica na análise do Médio Oriente. Samuel Huntington sublinhou, no *Choque das Civilizações*, o papel da «bolha da juventude» (*youth bulge*), que desequilibraria as organizações sociais islâmicas.¹¹ Emmanuel Todd, o antropólogo e demógrafo francês salientou, em obra recente, que o mundo muçulmano iniciara a «transição demográfica» e, ao mesmo tempo, começara a alfabetizar-se; assim, estaria a entrar na modernidade, embora houvesse disparidades regionais.¹² Esta aplicação mecânica da teoria da modernização - baixa da natalidade implica baixa da religiosidade - é discutível; seja como for, os dados mostram uma correlação forte entre a taxa de fecundidade alta e a desorganização política contemporânea, seja qual for a evolução futura do Islão.

O indicador da corrupção é também revelador. Neste indicador, o máximo está nos Estados em instalação ou em Desinstalação e o mínimo nos Democráticos de Direito. A capacidade de transição para a separação entre o Estado e a Igreja (medida grosseiramente) parece adequar-se à variação da corrupção: a corrupção dificulta a separação. Os dados constam da tabela seguinte.

11 Huntington, 1998, 116-119.

12 Todd; Courbage, 2007.

Tabela 2
Variáveis do Estado no Médio Oriente segundo a Classificação das Organizações Políticas

Classificação das Organizações Políticas	Países	PIB	Fertilidade	Corrupção	Exportações
		<i>per capita</i>			sem petróleo
		Nº de vezes superior (maior que a unidade) / inferior à média mundial			<i>Dólares per capita</i>
Estado Democrático com Teocracia Forte e Militar	Paquistão	0,2	1,4	1,7	103,2
	Bangladesh	0,2	1,2	2	74,2
Estado Democrático de Direito	Chipre	2,2	0,7	0,7	1699,5
	Israel	2,5	0,9	0,6	6804,4
	Turquia	0,8	0,7	1	1291,3
Estado Democrático Super Teocrático	<i>Irão</i>	0,8	0,7	1,6	203,9
Estado Eleitoral com Teocracia Média	Barein	2,3	1	0,8	6604,8
	Jordânia	0,5	1	0,8	859,7
	Kuwait	1,9	1,1	0,9	1170,2
Estado Eleitoral com Teocracia Média e Militar	<i>Síria</i>	0,4	1,3	1,7	502,9
	Egipto	0,4	1,1	1,4	243
Estado Eleitoral com Teocracia Suave	Marrocos	0,4	1	1,1	337,4
	Omã	1,3	2,2	0,8	6614,9
	Tunísia	0,8	0,7	0,9	1120,1
Estado Eleitoral com Teocracia Suave Militar	<i>Argélia</i>	0,7	0,7	1,3	48,4
	<i>Lémen</i>	0,1	2,5	1,6	327,7
Estado Eleitoral Separado da Igreja	<i>Libano</i>	0,6	0,7	1,3	711,2
	Mali	0,1	2,8	1,5	26,9
Estado Eleitoral Separado da Igreja Militar	<i>Eritreia</i>	0,1	1,9	1,4	3,3
Estado não eleitoral Teocrático forte	Arábia Saudita	1,3	1,5	1,2	752,9
	Emiratos				
	Árabes Unidos	4,4	0,9	0,7	17636,1
	Qatar	2,8	1,1	0,7	5021,3
	<i>Sudão</i>	0,2	1,8	2,2	42,1
Estado não eleitoral Teocrático suave Militar	Líbia	1,2	1,2	1,6	278,8
Em instalação ou em desinstalação	<i>Afeganistão</i>	0,1	2,6	2,2	14,8
	<i>Iraque</i>	0,3	1,6	2,6	1033,1
	<i>Somália</i>	0,1	2,6	2,8	26,4
	Média aritmética	1	1,4	1,4	1873,9
	Média mundial	9900	2,6	4	1457,7

Fontes

- Corrupção: <http://www.transparency.org/>
- Pertença à Organização Mundial do Comércio: <http://www.wto.org/>
- Restantes: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>

Notas

- Países cujo nome está em itálico não integram a Organização Mundial do Comércio;
- PIB *per capita*: paridade de poder de compra (PPC), em dólares americanos, dados de 2004 e 2005 em geral;
- Exportações *per capita* sem petróleo, em dólares, dados de 2006: considerámos que o petróleo era 20% das exportações mundiais; é um valor aproximado. 123: o critério subestima as exportações petrolíferas do país em causa.

A Fragilidade da Organização Política do Médio Oriente

Vimos atrás a fraqueza do Estado do Médio Oriente dentro do triângulo institucional, em particular face à Igreja. Um Estado, porém, pode ser fraco mas resistente e estável. Passamos a estudar estas últimas dimensões que designamos por fragilidade.

Convirá que relembremos os dois sentidos, acima referidos, da palavra Estado: o Estado-instituição e a organização política. Um dado Estado-instituição pode ser fraco e a organização política a que pertence ser forte: o Estado-instituição da 1ª República portuguesa era fraco e Portugal em 1910-1926 era uma organização política forte.

Começaremos o breve exame pela análise da fragilidade das organizações políticas do Médio Oriente.

Quantas vezes não lemos discursos como o seguinte: «Algures no diário de Gertrude Bell, corajosa arqueóloga inglesa e administradora colonial, há uma descrição de uma tarde agradável passada a cavalgar no deserto da Mesopotâmia em 1918 ou 1919. Bell faz desenhos na areia com uma bengala. Atrás dela, rapazes árabes espetam os marcos de futuras fronteiras do que viriam a ser os Estados do Iraque e da Arábia Saudita. Bell foi uma de muitos construtores de nações, britânicos e franceses, que moldaram a Arábia nos anos que se seguiram aos acordos de Sykes-Picot de 1916»¹³. Parece que as fronteiras dos países árabes dependeram da fantasia duma arqueóloga idiossincrática ou de jovens que estão atrás dela. Fantasias culpabilizantes deste tipo - e revelando algum involuntário paternalismo em relação aos árabes - esquecem que essas novas nações seguiram as fronteiras do Império Otomano as quais, para lá da sua própria realidade, respeitavam em geral fronteiras mais antigas, assentes em fluxos económicos e simbólicos. É, aliás, o caso do Iraque.

Boa parte dos discursos sobre a fragilidade do Estado do Médio Oriente, como o que acabámos de ler, está na verdade referida à organização política e não ao Estado-instituição. O discurso árabe refere a unidade da nação árabe; o discurso islâmico, em particular o islamista, refere a unidade política do Islão. O primeiro considera o Estado estrangeiro e o segundo julga-o infiel. Na realidade, o Estado é aqui a organização política; e esta é anterior ao Islão, o qual só por um breve período teve alguma unidade política. No caso do arabismo, não há memória de ele ter tido unidade política. Talvez o Estado moderno do Médio Oriente seja fruto do Ocidente - o caso é duvidoso - mas a organização política é-lhe de certeza anterior. É, pois, provável que a Organização política do Médio Oriente seja razoavelmente forte, apesar do combate que lhe é dado pelo islamismo e pelo arabismo.

13 Raban, 2002.

Temos o sentimento difuso, e não demonstrado, que a organização política do Estado-Nação do Médio Oriente é fraca. Para averiguarmos esse sentimento deveríamos proceder a uma pesquisa metódica. Propusemos noutra sede um modelo de análise da força da organização política, cuja aplicação, por razões de espaço, é impossível nesta sede.¹⁴

Podemos, porém, interrogarmo-nos se essa fraqueza está no Estado-instituição ou nas Forças Armadas. Já vimos que a Igreja é forte e por isso não virá dela essa fraqueza. Examinemos então, sempre com brevidade mas com um pouco mais de método, a fragilidade do Estado-instituição no Médio Oriente. Usaremos três variáveis: a estabilidade externa é medida pelas despesas militares; quanto mais elevadas elas são, menos estabilidade há; a estabilidade interna é medida pelas despesas não militares do Estado: quanto mais o Estado se aproxima do *Welfare State*, mais estável é; e aproxima-se tanto mais quanto maior é a percentagem do PIB por ele gasta; por fim, o grau de violência nas mudanças no Estado-instituição.

Apliquemos então aqueles três indicadores. Começemos pelo conjunto do Médio Oriente; depois veremos consoante os tipos de Estado. O indicador das despesas militares é muito significativo: os Estados do Médio Oriente gastam nas Forças Armadas o séptuplo da média mundial. A média mundial é cerca de 2% do PIB, os Estados da região gastam mais de 14% isto é, sete vezes mais, em proporção. Este nível de despesas implica uma dada escala de prioridades. As despesas militares são superiores à média mundial em todas as formas de organização política do Médio Oriente. O conflito com Israel parece só explicar uma parte do fenómeno: há países afastados de Israel que gastam mais com a guerra do que outros da linha da frente: é o caso de Marrocos, Argélia, Tunísia e Iémen.

O segundo indicador, as despesas não militares do Estado, é também informativo. Estas despesas são em média inferiores a 30% do PIB. Poucos Estados, e de escassa população, ultrapassam este limiar. Ora, é difícil haver um Estado social sem que as despesas estatais sejam superiores a 40% do PIB. Anotemos que Samuel Huntington já assinalara o peso excepcional da quantidade de soldados islâmicos no total mundial e o grau de militarização das sociedades islâmicas – caracterização que nos parece errada; a presente análise adopta outro ângulo.¹⁵

A ocorrência de roturas da normalidade institucional do Estado-instituição é o terceiro critério. Os resultados da sua aplicação são impressionantes: desde 1970 ao presente, um único Estado, os Emirados Árabes Unidos, escapou a essas ocorrências.

Assim, a organização política do Médio Oriente é frágil: gasta muito em armas porque se sente ameaçada; esta despesa, aliada à pobreza de muitos, impede-a de ser um Estado

14 2005, 103-138.

15 Huntington, *Choque das Civilizações*, pp. 88, 258.

social (a corrupção também não ajuda a dimensão social) e a instabilidade no coração do Estado é grave e endémica.

Estes dados estão sumariados na tabela seguinte.

Tabela 3
Fragilidade da Organização Política do Médio Oriente

Formas de Estado	Países	Despesas militares	Despesas não militares (% do PIB)	Quebras de normalidade no Estado			
				1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2007
Estado Democrático com Teocracia Forte e Militar	Bangladesh	6,8	13,6	*	*	*	*
	Paquistão	8,2	16,4	*		*	*
Estado Democrático de Direito	Chipre	25,5	50,9	*		*	
	Israel	16,4	32,9	*	*	*	
	Turquia	12,6	25,2	*	*	*	*
Estado Democrático Super Teocrático	Irão	19,7	39,5	*	*		
Estado Eleitoral com Teocracia Média	Barein	15,2	30,5	*	*	*	*
	Jordânia	15,1	30,1	*	*	*	*
	Kuwait	19,6	39,1	*	*	*	*
Estado Eleitoral com Teocracia Média e Militar	Egipto	14,8	29,6	*	*	*	*
	Síria	10,5	21,0	*	*		*
Estado Eleitoral com Teocracia Suave	Marrocos	14,1	28,1	*			*
	Omã	18,2	36,5	*			
	Tunísia	12,8	25,5	*	*	*	
Estado Eleitoral com Teocracia Suave Militar	Argélia	12,9	25,9	*	*	*	
	Iémen	15,6	31,2	*	*	*	*
Estado Eleitoral Separado da Igreja	Líbano	15,8	31,6	*	*	*	*
	Mali	6,0	12,1			*	*
Estado Eleitoral Separado da Igreja Militar	Eritreia	16,4	32,8			*	*
Estado não eleitoral	Arábia Saudita	11,8	23,6	*			*
Teocrático forte	Emiratos						
	Á. Unidos	11,9	23,8				
	Qatar	14,9	29,8			*	*
	Sudão	10,3	20,6		*		*
Estado não eleitoral Teocrático suave Militar	Líbia	14,2	28,4	*	*	*	
Em instalação/ /desinstalação	Afeganistão	2,4	4,8	*		*	*
	Iraque	15,0	30,0		*		*
	Somália	-0,5	-0,9	*		*	*
	Média aritmética	14,1	28,3				

Fontes: *The World Factbook*, CIA, 2007; arquivos pessoais para «Quebras de normalidade».

Notas: Despesas militares: número de vezes que são superiores/inferiores à média mundial; Despesas não militares: Despesas estatais em % do PIB menos Despesas militares.

No fundo, o Estado-instituição do Médio Oriente é fraco porque é fraca a sua economia produtiva: ela depende do preço mundial do petróleo. O trabalho assalariado é pouco. Ora, é a produção que fornece a primeira disciplina do Estado. A polícia vem muito depois da fábrica, do escritório, da repartição pública, da unidade de produção agrícola. No Médio Oriente, porém, há pouco trabalho produtivo e por isso pouca disciplina estatal. Naquela região, o trabalhador desempregado passa o dia na mesquita, onde por certo reza, na parte igreja; na parte centro social, conversa, intriga, em certos casos ouve propaganda islamista e noutros, mais frequentes, ouve propaganda milenarista. Este tipo de relações sociais é uma causa e uma consequência da autarcia e do sentimento de alienação. A escassez de trabalho produtivo significa que o indivíduo não é enquadrado pelo corpo intermédio empresa; o fraco Estado social, quando existe, é suprido pela mesquita; o desempregado oscila entre receber o subsídio do Estado – mais vultoso quando o petróleo está mais caro –, estar em casa às ordens da mãe e ir para a mesquita fazer intrigas e namorar – ou fazer um motim, mais raramente. Assim se passa o tempo na maior parte do Médio Oriente.

Conclusões

A fragilidade da organização política do Médio Oriente é simbolizada pela «rua árabe». A «rua árabe» é a fragilidade do Estado-instituição; é a manifestação inesperada e violenta que percorre as artérias da capital e substitui uma forma de Estado por outra. Esta substituição só é possível porque o Estado-instituição é frágil. Uma das causas desta fragilidade é o seu débil entrosamento com a *ordem povo*. O desemprego é endémico. A maior parte da população activa está no desemprego. As mulheres estão em casa, onde mandam como imperatrizes. Nesta economia de escassez, nesta sociedade de soma nula, excepto se os preços do petróleo subirem por razões desconhecidas, se as mulheres forem trabalhar, o desemprego dos homens aumenta. Daí a necessidade de exclusão das mulheres.

Por isso, no Médio Oriente, a riqueza individual ou o nível da segurança social não depende da produtividade individual mas sim de um facto exógeno à acção dos seus habitantes: o nível de cotações do petróleo bruto, donde um sentimento de perpétua alienação e de inferioridade perante o resto do mundo.

As organizações políticas do Médio Oriente são fracas porque o seu Estado é fraco. No sentido de Estado-instituição com autonomia axiológica, não existe Estado no Médio



A «rua árabe» não nasceu ontem. Hergé, em *O País do Ouro Negro*, descreve-a numa movimento espontâneo de resposta a um acidente de trânsito provocado pelos Dupond e Dupont. Mas, nesse tempo – a edição original é de 1937-38 –, a rua árabe era risonha e franca: apoiava os polícias e aplicava a lei, pondo os infractores na prisão; depois, passou a meter os polícias na prisão e a causar acidentes de trânsito.

Oriente, excepto nos Estados Democráticos de Direito.¹⁶ O Estado é fraco perante a Igreja, que o domina axiologicamente e tantas vezes do ponto de vista factual. Nos Estados do Médio Oriente Vasto, o Estado-instituição é débil mesmo quando é forte a Nação (o país, a organização política).

As tentativas de reforma do Estado-instituição têm fracassado, nos anos recentes; há dois ou três anos, os islamistas começaram a reivindicar mais liberdade e os reformadores não sabem se devem aliar-se a eles nesta luta ou se devem procurar liberalizar o poder tradicional.¹⁷

Aquelas tentativas também falharam no campo do desenvolvimento económico e social. O Médio Oriente perdeu não só a terceira vaga da democratização mas perdeu também a vaga do desenvolvimento dos anos 1990, aproveitada pela América Latina e pela Ásia; em termos de PIB *per capita*, e retirado o petróleo, está por certo mais próximo da África do que da América Latina. O *Arab Development Report*, de 2002, escrito por destacados cientistas sociais árabes, destacou o atraso dos países árabes, em particular no domínio da produção científica, devido ao isolamento internacional, ao estatuto da

¹⁶ Ver tabela 3.

¹⁷ Rubin, 2007.

mulher e à falta de reforma política.¹⁸ Vista a questão do outro lado, perder a vaga do desenvolvimento significa que se opôs, que resiste, que é uma grande ilha de resistência à globalização, da qual aliás aproveita pela venda de hidrocarbonetos. Parece, porém, claro que o Médio Oriente está dividido: parte dele quer modernizar, parte não quer. No entanto, as respostas novas são piores do que as antigas, pois as respostas novas são uma recusa da liberdade e do Estado Democrático de Direito.

A principal prioridade para a paz no Médio Oriente deve, pois, ser o fortalecimento do Estado-instituição ou outra forma política equivalente (tipos de domínio territorial sobre as pessoas numa base não religiosa). Sem Estado forte, não há enriquecimento individual, nem modernização, nem força – nem nenhuma instituição que responda pela manutenção das condições de paz.

Fortalecer a democracia representativa no Médio Oriente é bom com uma condição: não enfraquecer o Estado-instituição, porque não há democracia representativa sem Estado-instituição e porque sem Estado responsável não há ordem interna nem internacional.

O Estado dos países do Médio Oriente é, em geral, fraco porque a economia é fraca. Só uma participação significativa no comércio internacional de produtos não petrolíferos permitirá àqueles países obterem a estrutura empresarial que não só cria riqueza mas também enquadra os cidadãos – estrutura empresarial que é a base na qual assenta o Estado-instituição. Essa estrutura empresarial cria também a base da tributação que é a única forma de evitar o «Estado rendeiro», sempre submetido aos áleas violentos do mercado internacional de matérias-primas.

A democratização tem custos de transição que nem sempre são considerados e por isso as campanhas voluntaristas para a fazerem prevalecer descontam muito barato o risco futuro. Se a democratização enfraquece o Estado, deve ser rejeitada no Médio Oriente. Os Estados do Médio Oriente devem ser confrontados com uma questão simples: querem o desenvolvimento económico? Conseguem-no sem separarem a Igreja e o Estado?

A última conclusão é a seguinte: os Estados do Médio Oriente, com excepção dos Estados Democráticos de Direito, praticam todos uma política do símbolo e rejeitam a política dos interesses. As políticas do símbolo e dos interesses são a generalização de um conceito de Richard Hofstadter a partir da temática weberiana; haveria dois tipos de política: «a política dos interesses», quando em fase de depressão económica, os perdedores

18 Crossette, 2002.

se juntam para fazerem valer os seus interesses, negociando com o vencedores; a «política do estatuto» quando, em tempo de expansão económica, os perdedores se baseiam no seu estatuto social para encontrarem um bode expiatório que usam para persuadirem os vencedores a pagar-lhes o que querem.¹⁹

A política do símbolo herda da política do estatuto: consiste em afirmar a identidade do grupo e em propor o seu reforço; a política dos interesses consiste em desenvolver o bem-estar dos membros do grupo, promovendo os compromissos necessários. A política do símbolo concretiza-se em particular na animadversão a Israel, prevalecente na região; para ilustrar esta afirmação, citemos uma sondagem Pew que mostra que na Turquia, Marrocos, Paquistão, Líbano e Jordânia, entre 74% e 100% dos entrevistados consideram os judeus «injustos» (*unfair*); na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, essa percentagem varia entre o mínimo de 6% no Reino Unido e o máximo de 21% na Alemanha.²⁰ Os sentimentos anti-judaicos no Médio Oriente – diferentes de uma legítima conflitualidade negocial com Israel – impedem uma política de interesses pois são a recusa do compromisso.

Com efeito, os interesses são divisíveis, negociáveis e por isso susceptíveis de compromisso. Os símbolos são indivisíveis e por isso insusceptíveis de compromisso, pois ninguém, pessoa ou grupo, pode vender ou trocar a sua identidade. Por isso, a política dos símbolos conduz ao reforço das despesas com as Forças Armadas, vistas como instrumento do triunfar do bem, sob o comando da Igreja, e à recusa quer do Estado quer da segurança. O Estado, que trata dos interesses, admite compromissos.

Fontes

As tabelas têm em nota as suas próprias fontes. As fontes seguintes são apenas as do presente texto.

Páginas na Internet

The World Factbook, da *Central Intelligence Agency*, em:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>

United Nations Development Programme – Programme on Governance in the Arab in Region UNDP-POGAR em <http://www.pogar.org/>

¹⁹ Hofstadter, 1955 citado por Tanenhaus, 2006.

²⁰ *Support for Terror...*, 2005.

Sondagens de Opinião

Support for Terror Wanes Among Muslim Publics Islamic Extremism: Common Concern for Muslim and Western Publics 17-Nation Pew Global Attitudes Survey (2005), Julho.

Declarações

BUSH Jr., George (2003), Presidente dos Estados Unidos, Declaração, Novembro, <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/11/20031106-11.html>

Livros - Gerais

HERGÉ (s.d.), *As Melhores Aventuras de Tintim*, O Independente, difusão Verbo.

HOFSTADTER, Richard (1955), *The Age of Reform From Bryan to F.D.R.*, New York: Vintage Books.

HUNTINGTON, Samuel P. (1998), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva, 1999; citamos da ed. Touchstone, *paperback*; a primeira edição é de 1997.

MATOS, Luís Salgado de (no prelo), *Como Evitar Golpes Militares*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

MATOS, Luís Salgado de (2004), *O Estado de Ordens*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Livros sobre o Médio Oriente

BENOIST-MECHIN (1955), *Le Loup et le Léopard Ibn-Séoud ou La Naissance d'un Royaume*, Paris: Albin Michel.

KEDOURIE, Elie (1992), *Politics in the Middle East*, Oxford: Oxford University Press.

TODD, Emmanuel; COURBAGE, Youssef (2007), *Le Rendez-Vous des Civilisations*, Paris: Ed. Seuil.

Artigos - Geral

MATOS, Luís Salgado de (2005), «Portugal e a Europa de Leste: Depois da Revolução, a Europa Democrática», em Royo, Sebastián (organizador), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 103-138.

TANENHAUS, Sam (2006), «The Education of Richard Hofstadter», *New York Times Book Review*, 6 de Agosto.

Artigos e Estudos sobre o Médio Oriente, Islão, Árabes

CAYRAC-BLANCHARD, Françoise (1999), «L'Armée Indonésienne et la Question Démocratique», Centre D'études et de Recherches Internationales, CNRS, *Cahiers d'Études sur la Méditerranée Orientale et le Monde Turco-Iranien*, N° 27, Janeiro-Junho, «Sociétés musulmanes et démocratie» <http://www.ceri-sciences-po.org/publica/cemoti/resume27.htm>

CROSSETTE, Barbara (2002), «Study Warns of Stagnation in Arab Societies», *New York Times*, 2 de Julho.

DJALILI, Mohammad-Reza (1999), «L'armée et la politique: le cas de l'Iran», Centre d'études et de Recherches Internationales, CNRS, *Cahiers d'Études sur la Méditerranée Orientale et le Monde Turco-Iranien*, n° 27, Janeiro-Junho, Sociétés Musulmanes et Démocratie, <http://www.ceri-sciences-po.org/publica/cemoti/resume27.htm>

GUEDES, Francisco Correia (2001), «Petróleo e Terror», *Diário de Notícias*, 31 de Outubro.

LEWIS, Bernard (1994), «Why Turkey is the only Muslim Democracy», *Middle East Quarterly*.

RABAN, Jonathan (2002), «A Ignorância e Amnésia dos Construtores de Nações na Arábia», *Público*, 14 de Dezembro.

REIS, Bruno Cardoso, (2005), «Revoluções no Mundo Islâmico entre Atatürk e Khomeini», em Martins, Fernando; Oliveira, Pedro Aires (orgs.), *As Revoluções Contemporâneas*, Instituto de História Contemporânea da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, pp. 135-185.

RUBIN, Barry (2007), *Pushback or Progress? Arab Regimes Respond to Democracy's Challenge*, Washington Institute for Near East Policy, Policy Focus, nº75, Setembro.